

GUIA DO CURSO

**Mestrado Acadêmico
em Direito Constitucional
Econômico (MADIR)**

SUMÁRIO

O que é o MADIR.....	03
A Instituição: UNIALFA.....	04
Linhas de Pesquisas.....	05
Disciplinas.....	06
Formato das aulas.....	08
Educação sem fronteiras.....	09
Suporte Administrativo.....	09
Processo Seletivo e Período de Inscrições.....	10
Início das aulas e Investimento.....	10
Diferenciais do Programa.....	11
Seminários Internacionais.....	11
Coordenação.....	12
Corpo-Docente.....	13

O que é o MADIR

O Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional Econômico (MADIR) do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA tem como principal objetivo possibilitar o aprimoramento profissional e a formação qualificada de pesquisadores e docentes na área.

O curso busca promover um conhecimento regional especializado que seja capaz de refletir criticamente sobre a realidade e os problemas locais. Com sólida visão interdisciplinar, o mestrado integra o Direito com conhecimentos de: Ciência Política; Economia; Lógica e Hermenêutica Jurídica; Sociologia; Antropologia; Filosofia; Ética.

Em razão da transição de paradigmas pela qual passa a sociedade, o programa entende que ela é marcada por intensas transformações e pela necessidade de adequar seus valores. As mudanças estão presentes no cenário internacional, nacional, regional e local (este no âmbito da Educação Superior Brasileira). Elas motivaram a busca por este novo caminho a fim de assegurar a produção de saberes inovadores e formar recursos humanos aptos a atender as novas necessidades da sociedade e demandas do mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país.

Com área de concentração em Direito Constitucional Econômico, o curso possui duas linhas de pesquisa: **Regulação Econômica, Direito Concorrencial e Políticas de Fomento Empresarial e Desenvolvimento Econômico e Princípios Constitucionais da Ordem Econômica.**

A Instituição: UNIALFA

**Com mais 20 anos de história,
a UNIALFA integra o Grupo José Alves
e se destaca a cada dia como a
Melhor Escola de Negócios
do Centro-Oeste.**

A UNIALFA é uma instituição referência pelo seu ensino voltado para a prática e pela aplicação de metodologias ativas em sala de aula. A infraestrutura que os acadêmicos usufruem é digna de países de primeiro mundo. Todos os Campi são dotados de instalações atualizadas e confortáveis, salas climatizadas e laboratórios amplos e modernos, com permanente adequação, como o recém inaugurado Núcleo de Práticas em Tecnologia e Inovação, espaço que possibilita aos alunos criar e experimentar, qualificando-se competitivamente para atuar nos mercados nacional e internacional. As bibliotecas possuem quase 70 mil volumes e acervo digital atualizado.

O corpo docente é composto, em sua maioria, de Mestres e Doutores com reconhecida experiência de mercado, um diferencial da Instituição. Tudo isso faz com que a UNIALFA esteja no ranking das melhores instituições particulares de ensino superior do país.

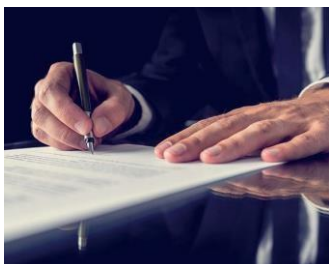
Com nota 4 no MEC e certificação ISO 9001, as perspectivas são de mais melhorias e ampliações.

A Instituição desenvolve suas atividades acadêmicas em duas unidades, estrategicamente localizadas na cidade de Goiânia. A unidade sede está localizada na Região Noroeste, e há também uma unidade no Setor Bueno, ambas projetadas dentro do mesmo padrão de qualidade, tanto na estrutura física como na organização acadêmica.

Tudo começou com somente três cursos de Graduação, no ano 2000, como ainda Faculdades ALFA. Hoje, o Centro Universitário Alves Faria oferta, na Graduação, 17 cursos separados por áreas: Comunicação e Negócios; Engenharias e Tecnologia da Informação; Arquitetura e Urbanismo; Educação e Pessoas e Direito. Na Pós-Graduação Lato Sensu são mais de 20 cursos segmentados para as áreas de Negócios; Engenharia e Tecnologia, Direito, Educação e Pessoas. Na Pós-graduação Stricto Sensu são três mestrados: Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional; Mestrado Profissional em Administração e o Mestrado Acadêmico em Direito.

Desde 2009 atua também em São Paulo/SP com as marcas ALFA e FADISP, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação Lato e Stricto Sensu em Direito (mestrado e doutorado - um dos quatro existentes na capital), e também extensão.

Toda a garantia de qualidade é dada pelo Grupo José Alves (GJA). Afinal, a UNIALFA integra esse grupo que possui longa tradição empresarial e credibilidade. Conhecido internacionalmente por ser concessionário da fabricação e distribuição dos produtos Coca-Cola para os Estados de Goiás e Tocantins.



Regulação Econômica, Direito Concorrencial e Políticas de Fomento Empresarial

Ênfase às investigações de fomento empresarial, Direito Regulatório e Direito Concorrencial, componentes consolidados do Direito Econômico. Destaca-se a perspectiva crítico-propositiva e filosófica, aportada à luz do Direito Constitucional, que regula, de modo macro, o objetivo de investigação. O propósito é compreender os problemas da ordem econômica mundial e brasileira, associadas à regulação de mercado e à pluralidade de possíveis soluções, considerando-se o desenvolvimento e o ambiente democrático nacional.



Desenvolvimento econômico e princípios constitucionais da ordem econômica

Caracteriza-se por investigar, ao lado dos temas consolidados do Direito Econômico, a influência direta da matriz principiológica constitucional na ordem econômica - relacionada prioritariamente nos incisos do art. 170 da Constituição Federal de 1988, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico. O objetivo é pensar o modelo de desenvolvimento econômico no sistema capitalista, seja no âmbito das relações privadas ou no contexto das relações públicas, com destaque à prestação de serviços públicos e às formas de atuação Estatal na economia.

Disciplinas

Obrigatórias

O currículo do Curso de Mestrado em Direito Constitucional Econômico MADIR é composto por 7(sete) disciplinas obrigatórias:

	CARGA HORÁRIA
Seminário de Pesquisa	45
Seminário de Docência	45
Metodologia Jurídica e Interpretação Constitucional no discurso neoliberal	45
Teoria Geral do Direito: a economia e o fim da ideologia no constitucionalismo contemporâneo	45
A Constituição Econômica brasileira e o Direito Comparado	45
Análise de Modelos, estruturas e fundamentos de sistemas econômicos e regulação jurídica da economia	45
Orientação de dissertação	90

Eletivas Comuns

Ao longo do curso, os alunos devem cursar 3 (três) disciplinas eletivas comuns entre as 7 (sete) oferecidas:

	CARGA HORÁRIA
Análise Econômica do Direito Constitucional	30
As políticas de fomento empresarial na ordem econômica brasileira	30
Desenvolvimento e subdesenvolvimento em análise	30
Intervenção do Estado na ordem econômica: planejamento e planificação	30
O direito constitucional econômico e a importância de sistemas de uniformização jurisprudencial como forma de redução de desigualdades regionais e sociais	30
Tópicos Avançados	30
Constitucionalismo Global e a nova ordem econômica mundial	30

Disciplinas

Eletivas de linha

Ao longo do curso, os alunos devem cursar 2 (duas) disciplinas eletivas da linha de pesquisa a qual estiverem vinculados, entre 5 (cinco) oferecidas para cada linha:

Eletivas da Linha de Pesquisa " Regul econômica, Direito Concorrencial e políticas de fomento empresarial

	CARGA HORÁRIA
Ativismo Judicial e Intervenção do Estado na Economia	30
O Processo no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	30
Direito concorrencial: ordem econômica, oligopólios e sistemas de defesa da concorrência	30
Aspectos Políticos, Constitucionais e Concorrenciais do Desenvolvimento Econômico	30
Capitalismo Financeiro: Estado, Instituições Bancárias E Moedas Alternativas No Direito Brasileiro E Comparado	30

Eletivas da Linha de Pesquisa "Desenvolvimento Econômico e Princípios Constitucionais da Ordem

	CARGA HORÁRIA
A defesa do consumidor como princípio da ordem constitucional econômica: a sociedade de consumo e a proteção dos (hiper)vulneráveis	30
Direito Ambiental Econômico e Sustentabilidade	30
Sindicatos, negociação coletiva no setor público e no setor privado e consequências nas relações de trabalho da ordem econômica brasileira contemporânea	30
Constituição Econômica e STF: a concretização judicial da Ordem Econômica brasileira	30
Transformações contemporâneas no Direito do Trabalho brasileiro e a Ordem Econômica	30

Formato das Aulas



Aulas híbridas ministradas quinzenalmente na Unidade Bueno às sextas e sábados

A carga horária de todas as disciplinas do Curso é distribuída em 4 (quatro) encontros no total, realizados quinzenalmente sempre às sextas-feiras (das 9:00h às 15:20h e das 16:00h às 22:20h) e aos sábados (das 9:00h às 18:20h). As aulas são ministradas presencialmente na Unidade Bueno da UNIALFA, localizada na Avenida Mutirão, n.º 2.600, Setor Bueno, Goiânia/GO, sendo facultado aos alunos acompanhar todas as aulas de forma presencial ou remota e síncrona, em conformidade com a Portaria CAPES nº 315, de 30 de dezembro de 2022.

Facilidades e flexibilidade para cumprimento da carga horária exigida



Ao longo do semestre, as disciplinas são oferecidas bimestralmente e de forma alternada, oferecendo maior flexibilidade para organização da grade horária pelos alunos. Durante o semestre, os alunos podem cursar entre 03 (três) e 04 (quatro) disciplinas no total, o que permite o cumprimento de toda a carga horária obrigatória do Curso em um período de 18 (dezoito) meses. O curso ainda permite o aproveitamento de Cursos e Seminários Internacionais oferecidos pela Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO para a integralização de disciplinas eletivas, até o limite de 02 (duas) matérias.

Educação Sem Fronteiras

A Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO incentiva seus estudantes a participar de cursos e intercâmbios internacionais com instituições de renome internacional. Entendemos que essa experiência é uma oportunidade única para os alunos que têm interesse em estudar e trabalhar no exterior, além de viabilizar o contato e o intercâmbio acadêmico, profissional e cultural com Professores e estudantes de outros países.

Na Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO você encontrará diversas opções para realizar o sonho de estudar no exterior.

Conheça abaixo alguns de nossos convênios:



Suporte Administrativo

Nosso time administrativo tem a missão de auxiliá-lo a superar os desafios da pesquisa e alcançar o êxito no desenvolvimento da dissertação.

Ao longo dessa jornada, nosso time administrativo irá:

- 1 Mantê-lo informado sobre todos os prazos e etapas acadêmicas necessárias à conclusão do curso;
- 2 Organizar atividades específicas sobre pesquisa científica, publicações acadêmicas e elaboração da dissertação;
- 3 Orientá-lo sobre o processo de publicação de artigos e de livros;
- 4 Divulgar grupos de estudos e de pesquisas da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO e de instituições parceiras;
- 5 Auxiliá-lo em atividades de intercâmbio acadêmico.

Processo Seletivo



1 - Prova de
Conhecimento
Jurídico



2 - Prova de
língua
estrangeira*



3 - Entrevista
com a
Coordenação

*a comprovação da proficiência em língua estrangeira pode ser realizada ao longo do Curso.

Período de Inscrições

De 06/11/23 a 11/12/23

Início das aulas

1º Semestre de 2024

Investimento

24 x R\$ 3.070,00

Coordenação



Prof. Dr. André de Carvalho Ramos

É Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP - Largo São Francisco). É Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi visiting fellow do Lauterpacht Centre for International Law (Cambridge). É Procurador Regional da República. Foi Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Foi Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2012-2016). É autor de obras em Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direitos Humanos.



Profa. Dra. Marina Faraco Lacerda Gama

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Graduada em Direito pela PUC/SP. Professora da Faculdade de Direito da PUC/SP nos cursos de graduação e especialização, desde 2009. Professora convidada no Programa de Estudos Pós-graduados em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUC/SP, desde 2020. Coordenadora Adjunta e Professora do Programa de Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA, desde 2021. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Justiça Constitucional: STF (CNPq-PUC/SP). Membro dos Grupos de Pesquisa Direito Internacional e Globalização Econômica (CNPq-PUC/SP) e Controle de Validade da Tributação (CNPq-PUC/SP). Coordenadora Editorial da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC (Qualis A3). Membro da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional (ABDPC), da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD) e do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais (IBEC). Foi Assessora Jurídica da Reitoria da PUC/SP (2009-2012), Supervisora Jurídica do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da PUC/SP (2012-2013) e Coordenadora do Juizado Especial Cível Central Anexo VI - Núcleo Extensionista da Faculdade de Direito da PUC/SP (2013-2016). Foi membro das Comissões de Ensino Jurídico (2016-2018), Direito Constitucional (2013-2018) e Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP. Foi Professora da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, nos cursos de graduação da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN (2018-2020).

Corpo-Docente



Prof. Dr. André de Carvalho Ramos

É Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP - Largo São Francisco). É Livre-Docente e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi visiting fellow do Lauterpacht Centre for International Law (Cambridge). É Procurador Regional da República. Foi Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República (2017-2019). Foi Procurador Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2012-2016). É autor de obras em Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Direitos Humanos.

Prof. Dr. André Pereira Reinert Tokarski

Doutor em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2022), mestre em direito político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017). Possui graduação em direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (2009). Advogado e professor do curso de Direito da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Integrou o Conselho Técnico e Científico da CAPES (CTC-ES) (2017-2022).



Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos Neto

É doutor em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, professor titular da FASAM - Faculdade Sul-Americana e professor titular no UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Filosofia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito do trabalho, teoria do direito e análise econômica do direito.

Prof. Dr. Bruno César Lorencini

Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca (Espanha). Pós-doutorado (Visiting Scholar) na Columbia University em Nova Iorque (EUA). Pós-Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade São Paulo (USP). Mestre em Direito Político e Econômico e especialista em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor de Direito Constitucional, Direito Internacional, Ciência Política e Direito Eleitoral da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do programa de Pós-Graduação do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA. Associado Fundador do Observatório Constitucional Latino-Americano (OCLA). Membro do Conselho Editorial do Consinter e da Editora Juruá. Autor das obras Financiamento Eleitoral. Perspectiva Comparada (2014) e Democracia Qualificada e Responsabilidade Política (2018). Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ex-Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral.



Corpo Docente

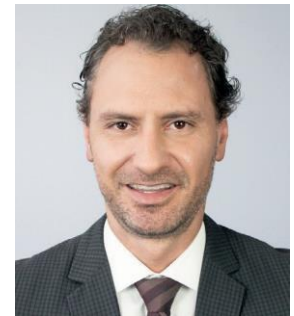


Prof. Dr. Diógenes Faria de Carvalho

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutorado em Psicologia (Economia Comportamental) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - GOIAS). Mestrado em Direito Econômico pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-GO), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás - UFG. Coordenador do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Conselheiro Titular do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça (CFDD). Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON) pelo biênio 2018/2020. Pesquisas e publicações acadêmicas com ênfase em Direito do Consumidor, abordando os seguintes temas: direito do consumidor, superendividamento do consumidor, psicologia do consumo e propriedade intelectual.

Prof. Dr. Henrique Garbellini Carnio

Doutor em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013) e Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Pesquisador colaborador no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com pós-doutorado em filosofia (2016). Foi bolsista no mestrado e doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Professor do Núcleo de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor permanente do curso de mestrado e doutorado em direito da FADISP. Tem experiência na área de Direito e Filosofia, atuando principalmente nos temas relacionados à teoria e filosofia do direito. Desenvolve atividades de pesquisa com destaque para os seguintes assuntos: gênese do direito, direito, poder e violência, direito e psicanálise.



Profa. Dra. Mariane Morato Stival

Doutora em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB/ Universidade de Paris, Panthéon-Sorbonne (PhD). Pós Doutora pelo PPSTMA da Universidade Evangélica de Goiás. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Advogada Internacionalista, Família e Cível. Assessora Jurídica da Presidência da Câmara Municipal de Anápolis. Vice-Presidente da Escola Superior de Advocacia do Estado de Goiás. Conselheira da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Comissão Especial de Direito Internacional da OAB Nacional. Membro do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI) da Faculdade de Direito Universidade de São Paulo - USP. Professora Avaliadora do banco de questões da Fundação Getúlio Vargas no Exame de Ordem Unificado pelo Conselho Federal da OAB. Professora com atuação no Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais do PPSTMA. Supervisora e Pesquisadora do NPDU - Núcleo de Pesquisa do Curso de Direito da UniEvangélica. Professora do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica. Autora de obras jurídicas. Editora Chefe da Revista Jurídica da UniEvangélica. Pesquisadora Visitante na Universidade de Paris, Panthéon-Sorbonne, Universidade Aix Marseille III e Corte Europeia de Direitos Humanos (ECHR) em Strasbourg.



Corpo Docente

Profa. Dra. Marina Faraco Lacerda Gama



Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Graduada em Direito pela PUC/SP. Professora da Faculdade de Direito da PUC/SP nos cursos de graduação e especialização, desde 2009. Professora convidada no Programa de Estudos Pós-graduados em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUC/SP, desde 2020. Coordenadora Adjunta e Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Direito Constitucional Econômico do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA, desde 2021. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Justiça Constitucional: STF (CNPq-PUC/SP). Membro dos Grupos de Pesquisa Direito Internacional e Globalização Econômica (CNPq-PUC/SP) e Controle de Validade da Tributação (CNPq-PU- C/SP). Coordenadora Editorial da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC (Qualis A3). Membro da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional (ABDPC), da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD) e do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais (IBEC). Foi Assessora Jurídica da Reitoria da PUC/SP (2009-2012), Supervisora Jurídica do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da PUC/SP (2012-2013) e Coordenadora do Juizado Especial Cível Central Anexo VI - Núcleo Extensionista da Faculdade de Direito da PUC/SP (2013-2016). Foi membro das Comissões de Ensino Jurídico (2016-2018), Direito Constitucional (2013-2018) e Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP. Foi Professora da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, nos cursos de graduação da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN (2018-2020).

Prof. Dr. Rodrigo de Camargo Cavalcanti

Pós-Doutorado em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR (2016-2018). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010). Foi bolsista no mestrado pelo CNPQ, no Doutorado e no Pós-Doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É pesquisador pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) no Projeto de Pesquisa "Direito Constitucional Econômico: historicidade e contextualização contemporânea brasileira". Diretor de Imprensa e Comunicação da Associação de Pós-Graduandos em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012-2015). Membro suplente do Conselho Fiscal do Projeto Rondon São Paulo - Associação Nacional dos Rondonistas. Secretário-Geral da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (2010-2012). Diretor de Comunicação e Imprensa da Associação dos Pós-Graduandos da PUC-SP (2010-2012).



Prof. Dr. Túlio Augusto Tayano Afonso

Doutor em Direito Econômico Internacional (PUC/SP 2013). Mestre em Direito Político e Econômico (Mackenzie/SP 2005) e Especialista em Direito e Processo do Trabalho (Mackenzie/SP 2003). É professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Graduação e Pós-graduação em Direito) e do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA (Pós-graduação Stricto Sensu). Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Coletivo do Trabalho (Direito Sindical), Direito Individual do Trabalho, Direito Administrativo, Direitos Fundamentais, Direito Empresarial e Compliance. Advogado atuante em São Paulo. Assessor e Consultor jurídico. Consultor na área de Compliance. Membro da Vigésima Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP.



ALFA ESCOLA DE
DIREITO

UNIALEFA - FADISP